Nelson Mandela

Nasceu em 1918, como descendente de uma família de nobreza tribal, recebeu o nome de Rolihiahia Dalibhunga Mandela. Ao ingressar na escola primária, passou a ser chamado pela professora com o nome de Nelson, em homenagem ao Almirante Nelson, o “heroi nacional” do Reino Unido que impediu a expansão de Napoleão Bonaparte. Após a morte do seu pai, Mandela foi levado para a vila real em Mqhekezweni. Ao finalizar seus estudos, Mandela iniciou o curso de Direito na Universidade de Fort Hare.
Sua luta pela resistência de povos africanos se iniciou quando envolveu em protestos junto com o movimento estudantil, contra a falta de democracia racial na instituição, sendo obrigado a abandonar o curso. Depois, mudou-se para Joanesburgo, a capital da África do Sul, local onde concluiu o bacharelado em Artes pela Universidade da África do Sul. Continuou os estudos de Direito na universidade de Fort Hare, recebendo o título de "Doutor Honoris Causa", como compensação pela expulsão. Em conjunto com Walter Sisulo e Oliver Tambo, Mandela fundou a “Liga Jovem do Congresso Nacional Africano” (CNA), que se tornou o principal instrumento de representação política dos negros, buscavam lutar contra a heranca racista deixada pelo governo que se manifestava pelo regime de “apartheid”, contra as politicas estabelecidas Mandela e Oliver Tamb abriram o primeiro escritório de advocacia para defender os direitos dos negros, o que levou a prisao de Mandela, sendo acusado de conspiração. Os negros revoltaram-se contra as imposições e foram reprimidos de forma militar. Mandela e outros integrantes do grupo concluíram que a solução era a de treinar para a luta armada. Em 1962, fundou MK, o braço militar do CNA que era uma organização militar criada em resposta ao massacre de Sharpeville. Mandela foi acusado de tentar derrubar o governo de minoria branca que comandava a África do Sul, sendo condenado à prisão perpétua, cumpriu diversos trabalhos forçados, porém Recusou ofertas para abandonar sua luta em troca de sua libertação antecipada, enquanto isso escrevia cartas para sua família e seus amigos. À medida que o tempo passava, havia grande pressão internacional pelo fim da segregação. Como consequência, o governo decidiu transferir Mandela para presídios cada vez menos insalubres. O desmonte institucional do Apartheid coube ao presidente Frederik Willen de Klerk, que tirou CNA e outros grupos políticos da clandestinidade, aboliu as leis racistas e anunciou a libertação de Mandela. Nos anos seguintes, o presidente e Mandela formularam uma nova Constituição e convocaram eleições, além de conter os confrontos entre diferentes facções da população negra e a ação de radicais brancos. Mandela foi reconhecido pela sua luta contra o racismo e o Apartheid, e por sua importância pela reconstrução pacífica da África do Sul, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, honraria que dividiu com Frederik Willem. Mandela conseguiu a realização das eleições multirraciais. Seu partido saiu vitorioso e Mandela foi eleito o primeiro presidente negro e democrático da África do Sul. Dando Fim ao longo período de opressão, aprovando importantes leis em favor dos negros, tambem estabeleceu a Comissão de Verdade e Reconciliação, para analisar as violações de direitos humanos cometidas durante o Apartheid. Em 2006 foi premiado pela Anistia Internacional por sua luta em favor dos direitos humanos. Porém contraiu tuberculose na prisão, sofrendo com a deterioração dos seus pulmões.Até que não resistiu a uma infecção pulmonar e morreu, faleceu em Joanesburgo. Seu enterro foi realizado em Qunu - local onde passou a infância. A importância de Mandela foi na luta contra o racismo, liderando contra a opressao de

negros no proprio pais, pela democracia e pelos direitos humanos. Consolidou mudanças importantes na Constituição garantindo os direitos dos negros, promovendo a reconciliação e a unidade política da África do Sul.

Amílcar Lopes Cabral

Nasceu em 1924, em Bafatá, Guiné-Bissau. Recebeu sua educação inicial em Cabo Verde. Depois prosseguiu seus estudos universitários em Lisboa, onde ajudou a fundar o Centro de Estudos Africanos. Em Lisboa, Cabral e alguns de seus colegas estudantes africanos desenvolveram teorias políticas sobre colonialismo e libertação. Após se formar, Cabral foi contratado pelas autoridades coloniais portuguesas como agrônomo. Viajou extensivamente pela Guiné Portuguesa para realizar um levantamento da terra e de seus recursos, o que lhe proporcionou a oportunidade de interagir com pessoas de diversas culturas que viviam na colônia. Durante esse período, Cabral também continuou a contemplar a libertação nacional das colônias na África. O que levou ele e cinco associados a formar o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Cabral rapidamente emergiu como líder do PAIGC. O grupo organizou a resistência política inicial ao poder colonial na forma de greves de trabalhadores, reivindicando melhores salários e condições de trabalho. No entanto, o Massacre de Pidjiguiti, quando os portugueses atiraram contra manifestantes durante uma greve de estivadores, demonstrou ao PAIGC que uma abordagem diferente era necessária. A atividade de resistência foi posteriormente transferida para o campo e alterada para o uso de táticas de guerrilha. Assim, Cabral levou seu partido a uma guerra aberta pela independência da Guiné Portuguesa, se tornando o governante de fato das partes da Guiné Portuguesa não ocupadas por unidades do exército português. Ele estabeleceu a Assembleia Nacional Popular da Guiné como um passo rumo à independência. Cabral foi baleado em frente à sua casa em Conacri, na vizinha Guiné independente, onde seu partido havia estabelecido sua sede. Ele foi morto por Inocêncio Kani, um veterano de guerrilha descontente do PAIGC que estava trabalhando com agentes portugueses. O PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, status formalmente alcançado quando o irmão de Cabral, Luís, se tornou o primeiro presidente do novo país. Os esforços de Cabral na guerra de guerrilha contra os militares portugueses foram acompanhados por suas contribuições à literatura de libertação nacional. A principal contribuição de Cabral foi seu estudo da identidade e liderança colonizadas no contexto da libertação nacional, da consciência de classe e da teoria marxista. Para Cabral, a cultura era fundamental para a libertação nacional. Ele articulou um processo de "reafricanização", pelo qual a elite africana, há muito dependente dos colonizadores em termos de educação e emprego, retomaria a cultura indígena africana e se reintegraria à cultura popular de massa. Somente assim, os líderes indígenas africanos poderiam recriar uma identidade independente, esse movimento foi chamado por ele de "Retorno à Fonte". Com sua ênfase na consciência nacional e no desenvolvimento indígena, as visões de Cabral permanecem relevantes para as discussões contemporâneas sobre o subdesenvolvimento africano e os limites dos governos pós-coloniais em todo o continente. Ele foi um dos principais pensadores africanos do século XX que levou a Guiné-Bissau à independência, buscando recuperar a cultura africana, influenciando no pan-africanismo.

Nzinga

Nasceu em 1582, no Ndongo, filha do Rei com uma de suas concubinas. Desde a infância, começou a ser treinada para o combate e o uso de armas, conforme ela crescia, o rei Kilombo permitia que Nzinga o acompanhasse em diversas funções oficiais, incluindo questões rituais, assuntos legais e conselhos de guerra. Porém, o reino de Ndongo se tornou um ponto de tráfico de escravizados, onde o rei trabalhou com os portugueses para organizar o comércio, desde que seu povo fosse poupado. Com a morte do pai, seu irmão Mbandi tornou-se Rei assumindo o trono de Ndongo, e os portugueses não cumpriram o acordo de poupar o povo de Ndongo, assim prenderam Mbandi, assumindo o controle do reino. Nzinga não aceitou essa situação e decidiu recuperar seu reino por meio de diplomacia. Ela foi até o gabinete do governador português, exigindo o retorno seguro de seu irmão e a libertação de todo o povo angolano da escravidão. Quando o governador se recusou a lhe oferecer uma cadeira, Nzinga ordenou a um de seus servos que se ajoelhasse e servisse como um assento improvisado. Sentada nas costas do servo, ela iniciou as negociações. Após a discussão, Nzinga mandou o servo se levantar e, em frente ao governador português, cortou-lhe a garganta. Percebendo que estavam lidando com alguém perigoso, os portugueses concordaram e devolveram seu irmão. Nzinga mostrou que estava ali como representante de um estado soberano e exigia tratamento de igual para igual**.** Com o falecimento de seu irmão, Nzinga assumiu a posição de rainha. Sua ascensão ao trono, é rodeada de mistérios. Alguns estudiosos afirmam que ela envenenou o irmão, outros dizem que o rei se suicidou por decisão dos grandes chefes. Outra versão diz que Nzinga, com a morte do irmão, tornou-se regente do garoto escolhido como novo governante, mas a criança pouco depois, morreu afogada no rio Cuanza. Seu governo enfrentou oposição de rivais políticos que rejeitavam o poder nas mãos de uma mulher e tentaram derrotá-la. Ela foi forçada a deixar o país, enquanto sua irmã se tornava uma governante fantoche dos portugueses. No entanto, sua irmã também agia como espiã de Nzinga, mantendo-a informada sobre os acontecimentos no Ndongo após sua fuga. Nzinga estabeleceu um novo estado chamado Matamba. Lá, ela acolheu escravos e soldados africanos treinados pelos portugueses, criando sua própria organização militar. Nzinga tentou interromper as rotas de comércio de escravos por meio da força, travando batalhas contra os portugueses. O que fez os portugueses finalmente desistirem e assinarem um tratado assegurando que não teriam mais interesses em conquistar Matamba e Ndongo. Depois, Nzinga continuou a

enfrentar inimigos internos, externos e tentativas de assassinato, mas conseguiu evitar o colonialismo. Ela morreu em 1663, aos 82 anos. O lucrativo comércio de escravos praticado pelos portugueses sofreu com a oposição que enfrentaram da rainha Nzinga, que por quarenta anos, impediu que os portugueses penetrassem no continente africano. Sendo importantíssima na resistência contra o colonialismo e na preservação de culturas africanas.

Henri Alleg

Nasceu em 1921, em Londres em uma família de judeus russos e poloneses que fugiram devido às perseguições que sofriam devido a religião, a descoberta da Argélia foi uma reviravolta para Henri, seu sonho argelino imediatamente tomou forma, fez amizade com diversos argelinos, amizades não naturais nesta sociedade do apartheid, recusando a fronteira invisível que separa dois mundos. O que o fez desembarcar em Argel pela primeira vez o levando ao norte da África, ao que era então, ainda, um "departamento francês". Enquanto as forças da França controlavam Argel, Henri juntou-se à Juventude Comunista clandestina, antes de ingressar no Partido Comunista Argelino (PCA). Diante de uma situação de exploração da Argélia pela França, a caneta tornou-se a arma da luta por uma Argélia livre do racismo e da opressão colonialista, assim ele entrou na República de Argel, um diário fundado por homens de progresso que se opunham à onipotência da grande colônia, depois, quando Henri Alleg assumiu a direção do jornal, os comunistas já haviam adquirido uma influência maior. A linha do jornal tornou-se mais firmemente anticolonialista, solidária com as lutas dos trabalhadores, a favor do objetivo da independência. Ao lado de Alleg, um "nativo", Boualem Khalfa, foi promovido a editor-chefe. O compromisso do jornal irrita ao mais alto grau as autoridades, que o censuram e multiplicam as apreensões ao menor pretexto. Henri Alleg e sua equipe criaram um slogan dessa implacabilidade repressiva: "A Argel republicana diz a verdade, nada além da verdade, mas a Argel republicana não pode dizer toda a verdade". Quando a revolta se instaurou com a FLN (Frente de Libertação Nacional), a Argel republicana já estava na mira dos guardiões do templo colonial há muito tempo, acarretando na proibição do jornal e dissolução do PCA. Henri se escondeu, enviava regularmente artigos para o jornal "L'Humanité" (finalidades parecidas com República de Argel, porém se localizava na França), que foi proibido em solo argelino. Ele foi preso

quando estava a caminho da casa de seu amigo, capturado por paraquedistas franceses, sofrendo torturas, em El Biar, distrito de Argel, em um prédio abandonado transformado em centro de tortura. Seu advogado, Léo Matarasso, soube da situação e a encaminhou ao L'Humanité, que publicou uma edição responsável por retomar esse relato arrepiante, foi apreendida, as informações sobre o que era sofrido foram coletadas por meio de pequenas cartas. Depois, Jérôme Lindon concordou em publicá-lo no “Les Éditions de minuit”, jornal que publicava histórias sobre resistência. O livro foi imediatamente banido. Mas a censura tem o efeito oposto ao desejado. O livro “A Questão" atravessa a fronteira em malas e circula dando uma contribuição decisiva para o levantamento do véu sobre a tortura. Três anos após sua prisão, Henri Alleg foi acusado de "diminuir a segurança externa do Estado". Ele foi condenado a dez anos de prisão. Transferido para a prisão de Rennes, ele escapou e com a ajuda de militantes comunistas, ele foi para a Tchecoslováquia, onde permaneceu até a assinatura dos Acordos de Evian, que estabeleciam que a frança não atacaria mais a argélia. Quando ele voltou a Argel para supervisionar o reaparecimento do jornal, por meio de apoio técnico conseguiram voltar à atividade. Porém o crescimento de um governo de esquerda radical, ameaçou a autoridade de militares, que instauram um golpe de estado, assim Henri teve que fugir devido a caça aos comunistas. A Argélia, no entanto, permaneceu, no coração do jornalista, como a luta de sua vida. "Estou feliz e orgulhoso de ter participado da luta pela independência", ele disse. Em seu retorno à França, juntou-se à redação do L'Humanité como repórter sênior, depois tornou-se seu secretário-geral. "Exerci essa profissão como militante comunista, movido por convicções", gosta de repetir. Para mim, foi um compromisso, no sentido forte da palavra. Em sua jornada, foi um importante jornalista, ativista comunista e autor do livro "A Questão" , que denunciou a tortura durante a guerra da Argélia, morreu em Paris, aos 91 anos, vitima de AVC.